

APRESENTAÇÃO

Apresentamos o caderno de Resoluções Finais do IX Congresso Estadual dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul, concluindo uma etapa dos trabalhos deste que, como não poderia deixar de ser, foi um dos maiores e mais importantes congressos já realizados pela categoria.

Foi, sem dúvida especial; na medida que permitiu amplo debate sobre o Balanço Político da Federação e da Conjuntura Política e de temas atuais como: Estrutura Sindical; Reestruturação das Regionais; Saúde do Trabalhador; Formação Sindical; Relações de Gênero e Temáticas Sociais; Participação em Fóruns; Monocultura e Plano de Lutas.

Podemos afirmar que o IX Congresso foi altamente positivo e demonstrou toda capacidade e maturidade de nossa categoria, uma vez que a complexidade de idéias em meio a uma conjuntura extremamente tumultuada não impediu nosso próprio reconhecimento enquanto classe de trabalhadores.

O Grande desafio agora consiste em colocar em prática as decisões do IX Congresso Estadual dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação.

Pinhal, 28 de junho de 2008.

1. Balanço Político

CAMPANHA SALARIAL UNIFICADA E NEGOCIAÇÕES COLETIVAS

A FTIA/RS tem conseguido fechar acordos que garantiram um significativo ganho real para os trabalhadores, ainda que dentro do ramo acordos isolados tenham sido fechados aquém do esperado. A federação buscou, na medida do possível, seguir seu planejamento estratégico, conseguindo bons índices e alguns avanços na recuperação de cláusulas.

O cenário da indústria da alimentação, em destaque no ano de 2006, iniciou o ano muito atribulado em virtude da crise gerada na Europa e Ásia decorrentes da Gripe Aviária. Por outro lado, ainda havia a existência de novos focos de Febre Aftosa nos países da América do Sul e no Brasil, haviam levado ao fechamento barreiras de fronteiras e cancelamento das exportações de carne bovina.

A estratégia adotada pela grande indústria foi no sentido de convencer a sociedade da existência de um cenário econômico desfavorável para o setor avícola motivado pela crise externa. Mas esta manobra não foi “comprada” pela Federação dos Trabalhadores da Alimentação do Rio Grande do Sul que numa leitura conjuntural correta percebeu tratar-se de uma simulação de uma situação da qual as grandes corporações procuravam tentar tirar vantagem.

Apesar das pressões geradas pela grande indústria, que como forma de pressionar a classe trabalhadora chegou a demitir um significativo número de trabalhadores em Lajeado e tentou adiar as negociações, a FTIA/RS não recuou nas mesas de negociação, comprovando com dados concretos a inexistência de prejuízos para as empresas no RS e no Brasil, e tampouco reduziu as mobilizações contra as atitudes autoritárias da patronal.

Os argumentos sobre a dita crise do setor avícola não se sustentaram por muito tempo, ruíram frente à fragilidade dos números apresentados que demonstravam o enorme crescimento do setor no país e no estado, a patronal cedeu e as negociações obtiveram êxito, a exemplo de outros anos.

Lembramos ainda da importância da participação da federação e do ramo na campanha pelo piso regional, que tem se mostrado uma ferramenta importante no fechamento dos acordos e convenções coletivas. Os Seminários de Negociação Coletiva, tem sido fundamentais no sentido de antecipar as mobilizações da Campanha Salarial, através de assembleias regionais e lançamento estadual, visando a preparação para os desafios do ramo.

Olimpíadas da Alimentação

O projeto das olimpíadas iniciou enquanto uma tática de aproximação dos trabalhadores da base que ainda não estavam filiados com os sindicatos, proporcionando o envolvimento dos mesmos através de atividades sociais.

No ano de 2005 completou-se dez anos da primeira edição das Olimpíadas da Alimentação no RS e esta foi sendo dúvida a maior de todas as edições organizadas pela

Resoluções Finais do IX Congresso Estadual dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul

federação. Foram envolvidos cerca de 1.200 atletas, representantes de diversos sindicatos do estado.

O evento realizado em Teotônia, em 2006, contou com um grande número de trabalhadores e ocorreu com um nível de organização marcante.

As olimpíadas, realizadas em Erechim, em 2007, foram um grande sucesso, onde contou com a participação expressiva de entidades e trabalhadores.

Independente do vencedor as olimpíadas são um momento de confraternização entre os trabalhadores e suas famílias, onde através do esporte se fortalece a identidade cultural e social de nosso ramo.

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Por compreender que é preciso unificar as lutas para garantir as vitórias necessárias a FTIA/RS fortaleceu suas relações com entidades parceiras enquanto estratégia para ampliar a luta da classe trabalhadora. Participando efetivamente das ações conjuntas realizadas, principalmente nos temas que permeavam de maneira comum todas as categorias de trabalhadores como por exemplo: Piso Mínimo Regional, Reforma Trabalhista e Sindical, Audiências Públicas na Assembléia Legislativa e Ministério Público do Trabalho, sobre Direitos Humanos no Local de Trabalho, Transgênicos e Monocultura de Eucaliptos.

O Seminário Internacional sobre Deserto Verde, ocorrido em Porto Alegre, em 2006, realizado por um conjunto de entidades e movimentos sociais organizados que questiona o modelo de desenvolvimento econômico que vem sendo implantado no estado. Criticando o Governo do Estado permitiu a ocupação de $\frac{3}{4}$ da metade sul do estado para a plantação de eucaliptos em benefício de multinacionais do mercado de celulose. Estas áreas arrendadas para o plantio de madeira irão gerar uma quebra na cadeia produtiva da alimentação no estado a médio/longo prazo e a entidade vem fazendo sua parte neste debate.

A FTIA/RS também participa ativamente da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), através da qual participou da preparação e organização das várias edições da “Marcha dos Sem”. A participação expressiva de trabalhadores do ramo da alimentação também foi a marca destas atividades.

COM O ESTADO

Qualificou os vínculos com os representantes dos trabalhadores na Assembléia Legislativa, no Congresso Federal e no Senado Federal, através destes termos acesso a informações e dados relevantes para negociações, na reflexão de temas que atingem o ramo da alimentação e na proposição de projetos que visam melhorar as condições de trabalho.

Houve significativa atuação de nosso ramo na disputa contra a Governadora Yeda Crusius, onde destacou-se na presença massiva do ramo da alimentação durante a histórica sessão da Assembléia Legislativa, conseguindo garantir a continuidade do Piso

Resoluções Finais do IX Congresso Estadual dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul

Mínimo Regional, juntamente com a CUT. O apoio aos demais movimentos sociais. Também o apoio recebido de parlamentares, tanto a nível estadual e federal, através dos deputados Fabiano Pereira e Tarcísio Zimmermann e o Senador Paulo Paim, os quais deram apoio aos projetos Pista, Alerta e demais atividades do ramo.

Por fim, também participamos enquanto membro do Conselho Técnico do Programa AGREGAR, conjuntamente com membros do poder executivo e empresarial da Secretaria Estadual da Agricultura, representando os trabalhadores na análise, fiscalização e acompanhamento das empresas que recebem incentivos sociais do Governo do Estado.

COM O MOVIMENTO SINDICAL

Consolidou a relação com importantes parceiros do movimento sindical, através do Fórum das Federações, seja através de ações conjuntas com outras categorias de trabalhadores, seja no apoio destas nas ações de nossa entidade.

Firmou parceria institucional com o TIE Brasil, através da qual se desenvolverá um amplo processo de ampliação do conhecimento sobre o processo produtivo do ramo, através do mapeamento da produção.

A FTIA/RS convocou e protagonizou o encontro entre as duas confederações representativas do ramo da alimentação (a CNTA e a CONTAC), como forma de construir a unidade na luta e fortalecer a classe trabalhadora.

RELAÇÕES POLÍTICO-ORGANIZACIONAIS

OS COLETIVOS ESPECÍFICOS

A FTIA/RS tem como marca histórica o zelo pelo espírito de participação e visa a cada ano qualificar mecanismos de democratização nas tomadas de decisões, fortalecendo seus conselhos formais, bem como os coletivos específicos (mulheres, jurídico, formação, etc). Este último já possui uma dinâmica própria com regularidade de reuniões e planejamento específico elaborado a partir das linhas gerais da FTIA/RS.

O coletivo jurídico, em conjunto com a direção da FTIA/RS e com a parceria dos sindicatos filiados de diversas localidades realizou grandes seminários jurídicos em Caxias do Sul (2006), Santa Maria (2006) e Santa Cruz (2007) provocando a categoria a debater temas de interesse da sociedade brasileira como: Fator Previdenciário, Direitos Trabalhistas e outros temas afins.

A COMUNICAÇÃO

A federação, a cada ano, tem ampliado sua capacidade de comunicação com a base e com a sociedade.

Houve reformulação no projeto gráfico e conteúdo do jornal o Parceiro impresso. Ocorreu acompanhamento jornalístico das principais atividades desenvolvidas pela federação através da elaboração de press release (matérias jornalísticas) e envio para os principais órgãos de comunicação do estado e, em alguns momentos, até do país.

Resoluções Finais do IX Congresso Estadual dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul

Mantivemos uma página na internet aberta a participação de todos os sindicatos filiados com conteúdo voltado para as atividades da federação. Através de nossa assessoria de imprensa foi possível a elaboração de material qualificado de cartazes, panfletos, folder, artes da campanha salarial, entre outros.

AS REGIONAIS

Mais do que nunca todos os debates que foram pauta da direção geral chegaram até os mais longínquos municípios, graças ao formato de organização através de regionais.

PROJETOS

Existem inúmeros desafios postos ao movimento sindical nas mais diversas áreas (saúde, geração de trabalho e renda, educação, meio ambiente, gênero, etc) que vão para além da questão meramente econômica (salários) e que requerem uma ação sindical qualificada e capaz de dar respostas para problemas que assolam os trabalhadores do ramo.

A FTIA/RS deu um passo significativo no sentido de ampliar sua ação sindical na busca de melhores condições de vida para trabalhadores e contribuir para pensar um novo modelo de desenvolvimento para o estado e o país, através do Projeto Pista (Projeto Integrado sobre Saúde dos Trabalhadores do Setor Avícola) e PROJETO ALERTA (Projeto Atenção as Lesões por Esforços Repetitivos nos Trabalhadores da Alimentação).

Foram caracterizados pela constituição de um consórcio entre sindicatos, federação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o Instituto Itapuy, com o intuito de realizar um diagnóstico do setor avícola e bovino do estado, investigando as condições de trabalho a que estão submetidos os trabalhadores e a incidência de LER/DORT, assédio moral e outros temas associados.

Os Projetos colocaram a FTIA/RS na condição de pautar o debate sobre saúde do trabalhador no Estado, porque não dizer no país. A FTIA/RS vem sendo convidada para inúmeras atividades e parcerias com outras federações e entidades que desejam aprofundar e conhecer o método de pesquisa do mesmo e desenvolver atividades conjuntas sobre o mesmo tema.

Considerações Finais:

Para concluir, ressaltamos o trabalho feito na recuperação da estrutura da sede, sem descuidar da luta, o apoio aos coletivos, aos projetos e o atendimento cada vez mais estreito às bases inorganizadas.

Tudo isto garante que teremos todas as condições de mantermos a mobilização da categoria com avanços para os trabalhadores, focados na unidade do ramo, desenvolver lutas conjuntas com outros ramos e ainda junto aos demais movimentos sociais, a fim de propiciar aos trabalhadores do campo e da cidade, mais qualidade de vida e justiça social.

Cairo Fernando Reinhardt
Presidente da FTIA/RS

Darci Pires da Rocha
Secretário Geral

2. Conjuntura

O nascimento da Unasul e seus desafios

O acordo constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) prevê diálogo político, integração física e energética, defesa do meio ambiente, adoção de mecanismos financeiros sul-americanos, superação das assimetrias regionais e criação de uma aliança militar sem os EUA. Roberto Romero.

No longo caminho da América Latina em defesa da soberania e às vésperas dos 200 anos do grito de independência em toda a região, uma nova cúpula de presidentes quer assentar as bases da integração sem os Estados Unidos.

Trata-se de um acontecimento histórico. Neste 23 de maio, os chefes de Estado de 12 nações assinaram, em Brasília, o Acordo Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), cujas bases estão sendo estabelecidas desde 2004 em instâncias da Venezuela, Uruguai, Argentina, Brasil, Bolívia e Equador, e que deixa para trás a inoperante Comunidade Sul-Americana de Nações.

Suas áreas de atuação, definidas na Cúpula de Brasília de 30 de setembro de 2005, são o diálogo político, a integração física, o meio ambiente, a integração energética, os mecanismos financeiros sul-americanos, as assimetrias, a promoção da coesão social, a inclusão social, a justiça social e as telecomunicações. É uma aliança militar sem os EUA.

A I Cúpula Energética Sul-Americana, na Ilha de Margarita, Venezuela, em 16 de abril de 2007 - chamada pelo presidente Chávez de "cúpula perfeita" devido às suas determinações concretas no caminho da integração - assentou as bases definitivas para a Unasul. O acordo adotado então foi o de caminhar para uma cúpula de chefes de Estado na qual seria assinado o tratado final, sendo determinado que a Colômbia seria o país anfitrião e que a reunião seria realizada em dezembro de 2007.

Viria, então, o *vai-não-vai* do governo colombiano. Adiou o encontro de dezembro e, depois, outro marcado para janeiro. A situação tornou-se tão insustentável que o chanceler venezuelano, Nicolás Maduro, exigiu, em 19 de janeiro, "que fosse fixada imediatamente uma data para a Cúpula presidencial de países da América do Sul", acrescentando que o encontro deveria ter sido estabelecido há muitas semanas, "mas foi sendo adiado com desculpas".

Maduro opinou que essa indefinição "está relacionada com as tentativas de que a Unasul não vingue. Estes projetos sempre têm obstáculos naqueles que não acreditam na união da América do Sul, porque continuam pensando que o futuro do continente é ser escravo dos interesses do poder norte-americano". O presidente Chávez foi ainda mais direto, afirmando que Uribe coloca obstáculos à reunião por ordem de Washington.

Posteriormente, a chancelaria colombiana fixou o encontro para o dia 28 e 29 de março, em Cartagena. Mas a agressão contra o Equador turvou novamente o ambiente. O Brasil, então, mobilizou todas as suas relações para salvar a iniciativa, conseguindo um consenso para reunir os 12 presidentes da América do Sul neste 23 de maio.

A América do Sul é uma região que apresenta um enorme potencial. Possui uma

Resoluções Finais do IX Congresso Estadual dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul

extensão de 17.6 milhões de quilômetros quadrados. A diversidade do seu território guarda ecossistemas diversos, como o Caribe, a Amazônia, a Cordilheira andina, o Pantanal, a Pampa, o Cerrado ou as regiões geladas do sul do continente. Sua população é de 377 milhões de habitantes e seu produto interno bruto de US\$ 1,5 trilhão.

Por outro lado, a região é fundamental para o futuro da humanidade, uma vez que possui abundantes recursos energéticos renováveis e não renováveis, grandes reservas minerais, significativos mananciais de água, um enorme potencial de produção de alimentos e riquíssima biodiversidade. Dispõe, além disso, de um importante e diversificado parque industrial, universidades e centros de pesquisa científica e tecnológica de excelência. Não há dúvida, então, que as potências, especialmente os EUA, querem estender seu domínio na região.

OEA não fica à altura

Por outro lado, não têm sido poucas as tentativas, no passado, de fortalecer a independência orgânica da América Latina. Mas a corda norte-americana sempre terminou se impondo e atando os destinos destes povos aos ditames da América do Norte. Por isso é difícil entender que não exista no continente uma organização que agrupe todos os países latino-americanos e, através dela, resolva seus problemas políticos, econômicos, sociais e de defesa, diametralmente opostos aos interesses de Washington.

A Organização de Estados Americanos, OEA, não tem sido o fórum apropriado para que os povos do hemisfério possam dialogar e entender-se. Ali sempre tem primado um forte ruído, orquestrado por governos subordinados aos interesses dos EUA, que historicamente têm levado a OEA a ficar de costas para a realidade.

Basta lembrar alguns casos proeminentes. Diante das agressões armadas dos EUA na República Dominicana, em 1963, e no Panamá, em 1989, a OEA escolheu o caminho da cumplicidade criminosa. A organização também abandonou a Argentina, quando esse país tentou retomar as Ilhas Malvinas, que estavam em mãos inglesas. Mais recentemente, foi incapaz de condenar a Colômbia pelo ataque ao Equador, como exigia o país agredido. O que fez com que viesse à tona, novamente, a necessidade de uma organização de estados latino-americanos.

Integração militar sem os EUA

Ponto crucial da cúpula de fundação da Unasul será, sem dúvida, a criação de um Conselho Sul-Americano de Defesa, no momento em que os Estados Unidos decidem restabelecer a IV frota militar nos mares da América Latina, a qual começará a operar plenamente em julho próximo. Essa frota nasceu em 1943, durante a Segunda Guerra Mundial, para reforçar a defesa do continente contra ataques de aviões e submarinos alemães e japoneses, mas foi dissolvida cinco anos depois de terminado o conflito.

O ministro de Defesa do Brasil, Nelson Jobim, autor da iniciativa, que nas últimas semanas visitou todos os países sul-americanos para expor a proposta de integração militar, já antecipou que o presidente Lula da Silva vai submeter a proposta aos outros chefes de Estado da Unasul.

O Conselho Sul-americano de Defesa, segundo é concebido pelo Brasil, não pressupõe uma aliança militar convencional, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), senão que é um fórum para promover o diálogo entre os

Resoluções Finais do IX Congresso Estadual dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul

Ministérios de Defesa da região.

A proposta é criar um mecanismo de integração que permita discutir as realidades e necessidades de Defesa dos países sul-americanos; reduzir os conflitos e desconfianças e assentar as bases para a futura formulação de uma política comum de Defesa. Jobim, ao ser interrogado pelo secretário de Defesa norte-americano sobre o que poderiam fazer os EUA frente à criação do comando de defesa sul-americano, teria respondido: "manter-se à distância".

O mecanismo, segundo o ministro, pode garantir a estabilidade em uma região cobiçada por suas importantes reservas de água, recursos energéticos e alimentos, além de "prevenir" situações como a crise provocada pela recente incursão de tropas da Colômbia em território equatoriano.

As cautelas de Uribe

Quanto à receptividade da idéia, Jobim disse que tem recebido respostas entusiasmadas de países como a Venezuela, Equador e Chile, especialmente dos presidentes Hugo Chávez e Michele Bachelet, mas também dúvidas de outros. Indicou que o presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, apesar de ter sido "muito cauteloso", "não rejeitou a proposta" e prometeu "estudá-la com atenção", e acrescentou que o país andino precisa levar em consideração que poderia ficar isolado.

A presença de Uribe, que decidiu participar da iniciativa na última hora, talvez para não ignorar o conselho de Jobim, será muito incômoda, principalmente diante da criação deste mecanismo de defesa. Ele prefere manter-se na OEA e apoiar o Tratado Inter-Americano de Assistência Recíproca (TIAR), criado em 1947, fruto da guerra fria, ao qual o México renunciou em setembro de 2002, sem que outras nações seguissem o exemplo.

Em uma entrevista publicada pelo jornal *The Miami Herald*, em 22 de setembro de 2002, assim que foi dada a conhecer a decisão mexicana, Uribe considerou necessário modernizar o TIAR, focando-o na luta contra o terrorismo e o narcotráfico, uma vez que, do seu ponto de vista, a maior ameaça para a região é, atualmente, a violenta oposição interna.

Dois anos depois, em 19 de novembro de 2004, em Quito, durante a VI Conferência de Ministros de Defesa das Américas, que contou com a presença do secretário norte-americano Donald Rumsfeld, o mesmo que dirigiu a invasão do Iraque, Jorge Alberto Uribe, ministro de defesa da Colômbia, retomou a iniciativa do seu mentor, colhendo o maior isolamento já visto em um fórum dessa natureza.

Os ministros evitaram que os EUA e a Colômbia impusessem o critério de transformar o continente em um bloco antiterrorista com a participação militar de todos os países. E teve ainda menos eco a proposta de Uribe de fazer uma lista de organizações terroristas da região que deviam ser combatidas com o esforço militar conjunto.

O Brasil, e é preciso ver isso agora como um antecedente da sua atual iniciativa, disse naquela ocasião, através do seu vice-presidente, José Alencar, que "as Forças Armadas não podem mudar seu papel constitucional de defesa da soberania para dedicar-se ao combate contra o terrorismo nem aos delitos transnacionais como o narcotráfico". "É necessário manter o direito de cada Estado de identificar suas prioridades", destacou.

O que fará Uribe diante desse quadro, considerando que ele acabou de expressar

Resoluções Finais do IX Congresso Estadual dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul

(21 de maio) que não descarta que a base militar norte-americana de Manta, no Equador, seja deslocada para a Colômbia, corroborando o que afirmou o embaixador dos EUA em Bogotá há poucas semanas, no mesmo sentido?

Vai colocar sua assinatura em um tratado que descarta uma aliança militar com os EUA, que voltaram todos os seus olhos para o domínio na região através do Plano Colômbia, e com uma "ajuda" militar que passa, na última década, dos 6 bilhões de dólares?

E o que vai fazer Uribe, como signatário do acordo, com os mil assessores e militares norte-americanos que passeiam como se estivessem em casa por bases e quartéis da Colômbia, sabendo que o eixo doutrinário exposto pelo Brasil, com o respaldo quase unânime das chancelarias da América do Sul, não é integrar as forças armadas dos dois países, mas convergir em uma estratégia de defesa regional comum, que tem como um de seus principais objetivos o de manter os militares dos EUA fora da região?

Ele tomou o caminho do isolamento. Um dia antes de viajar para uma cúpula onde não teria qualquer papel, declarou que a Colômbia não faria parte do Conselho Sul-Americano de Defesa, nem iria assumir a Presidência desse bloco regional, como estava previsto. Contudo, ele não poria obstáculos à instalação de uma base militar norte-americana em seu território, se Washington precisar disso para "derrotar o narcotráfico".

"A Colômbia tem dificuldades para participar", justificou. "A Colômbia, nas presentes circunstâncias, tem que deixar alguns pontos-de-vista claros e não é o momento para que a Colômbia participe dessa iniciativa de segurança", afirmou o mandatário. Prefere não ficar mal com Washington e continuar recebendo suas generosas dádivas.

A Colômbia, o primeiro exército da região, por sua tropa e frota de helicópteros, com mais de 400 mil homens em armas e o maior orçamento de guerra do mundo, per capita, fará parte de um consenso que vai contra sua própria doutrina belicista, reafirmada após agredir a soberania de outro Estado, -o território equatorial- com o argumento de "agir em defesa própria" e com o único respaldo de Washington, que salvou seu voto na OEA quando rejeitou a agressão?

Não há dúvida de que a proposta brasileira, que tomou forma a partir da agressão colombiana ao Equador, aponta para o isolamento ainda maior de Uribe, sabendo que assim se aplica um golpe aos interesses norte-americanos na região. Sem deixar de lado que o Brasil, como principal provedor de aviões de guerra na América Latina, fortalece seu apetitoso mercado. Acaba de assinar um contrato para a venda de 24 Tucanos para o Equador e em breve acertará a venda de aeronaves de guerra para a Venezuela, rompendo o boicote de Washington.

De qualquer modo, a iniciativa, de certa maneira, dá carne e osso à recente proposta de Chávez de formar um Conselho de Defesa e Forças Militares da Alternativa Bolivariana para os povos da América (ALBA), que só recebeu apoio da Nicarágua. Com a vantagem de que agora já não se trata do "iniludível" debate sobre o problema da defesa coletiva dos países da região, diante das mudanças estruturais que estão aparecendo, mas da expressão concreta de estabelecer, pela primeira vez na América Latina, um mecanismo de proteção capaz de dissuadir - e mesmo rechaçar - intervenções imperiais em assuntos soberanos da região.

Tradução: *Naila Freitas/Verso Tradutores*

As correntes do debate econômico na América Latina

O que sabemos, depois de 25 anos de políticas ortodoxas, é que as exportações cresceram e os salários não, a taxa de formação bruta de capital está estancada, com maior concentração de renda, e surgiu a consciência de que a privatização significou passar ativos do Estado principalmente para empresas transnacionais, não trazendo uma melhoria nos serviços, senão tornando-os mais caros.

Oscar Ugarteche - ALAI

ALAI AMLATINA, México DF - Apesar de, às vezes, não parecer, há discussões econômicas alternativas sobre desenvolvimento econômico na América Latina. Mais na América do Sul do que em outras latitudes, e estão em curso de uma forma ou de outra. Existem essencialmente duas vertentes teóricas circulando na América Latina até agora. A primeira, que poderíamos denominar vertente do conhecimento, parte do princípio de que estamos na era do conhecimento e que a utilização deste conhecimento para agregar valor a bens e serviços pode ser um motor para o desenvolvimento sustentável. Por trás disto estariam Jorge Katz e Carlota Pérez, basicamente, embora este seja um ponto sobre o qual é preciso refletir e elaborar muito mais.

Do outro lado estariam aqueles chamados de “populistas”, que não são propriamente uma escola nem uma corrente teórica, mas que a partir de uma prática política real de redistribuição de renda conseguiram fazer crescer suas economias, reduzir a pobreza, e amortecer o efeito da crise internacional que, de fato, ainda não começou a ser sentido na América Latina a não ser pelo efeito inflacionário. Estão nessa linha os governos da Bolívia, Argentina, Brasil e Venezuela, junto com o recém chegado Equador, que também está tentando fazer isto. Todos têm um componente de expansão da demanda interna bastante importante, que provoca um impacto sobre os preços dos alimentos e causa a escassez de alguns artigos que eles não produzem.

Não estão pensando no desenvolvimento futuro, mas em como recuperar os 25 anos perdidos desde 1981 e em como fazer para retornar aos níveis de renda por habitante da década de 1970, quando chegou ao seu ponto mais alto. Estes e os primeiros têm em comum uma preocupação pela atuação do Estado e precisam com urgência de maiores arrecadações fiscais para poder alimentar o crescimento liderado pelo gasto público, que, na verdade, agora é, parcialmente, um subsídio ao consumo.

Há um terceiro grupo, que eu chamaria de “escola asiática de Cambridge” e que é um grupo de pós-keynesianos que refletiram sobre o que tem sido feito na Ásia durante as últimas décadas e, além disso, sobre os impedimentos para o desenvolvimento econômico colocados pelo Ocidente, seja através do FMI, do BM, da OMC ou pela soma de todos eles. Neste grupo estão Jomo K.S., autor de *The Misunderstood Asian Miracle*; Jong-Ho Chang, com *The Bad Samaritans*; Ajit Singh, com *Jayayit* e, de alguma maneira, os trabalhos de Walden Bello, que têm um viés mais político do que estritamente econômico. Uma preocupação desse grupo é o contrabando do desenvolvimento asiático que está sendo feito no Ocidente, como se fosse sob as linhas ortodoxas. Como ocorre, por exemplo, com *The World is Flat*, de Thomas Friedman.

Todos eles coincidem em indicar que o alto crescimento asiático é possível porque há política industrial, intervenção pública no investimento, regulamentações, proteção do mercado em algumas etapas e um processo de acumulação de conhecimentos. A Ásia

Resoluções Finais do IX Congresso Estadual dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul

desenvolveu-se nesta visão com muita poupança interna, que vem de altos impostos, um nível de proteção às indústrias jovens e muito investimento em educação. O comum denominador dos asiáticos é a falta de recursos naturais, o que os tem obrigado a lançar mão da sua única fonte real de riqueza: o tamanho do seu mercado, a qualidade da sua força de trabalho e a capacidade de inovação.

O parentesco entre os trabalhos desses grupos conceituais está em que todos dão importância ao conhecimento e à cultura. Seu único capital é a força de trabalho. Provavelmente, na América Latina o único país que circula por essa via é Cuba, um caso que não tem sido pensado nem estudado adequadamente desde as mudanças dos anos 1990, mas que mantém taxas estáveis de crescimento há mais de uma década, com uma média de mais de 8% , segundo a CEPAL.

Há outro grupo que trabalha temas de integração econômica e financeira e que não está coordenado com o anterior. Neste grupo estariam Arestis e de Paula, com seu trabalho *South American Monetary Union* que vai em busca de uma moeda única visando a ampliação do mercado, somado com Brasil e Argentina com uma única política monetária. Trata-se de uma primeira tentativa nessa direção. Outra é o esquema apresentado em *Genealogia da Arquitetura Financeira Internacional*, de Ugarteche, cujo último capítulo revisa os esquemas que estão em marcha na Ásia, África, Oriente Médio, Europa e América do Sul buscando desatrelar as economias do dólar e fortalecer o mercado interno ampliado regionalmente. Nesta escola está Bárbara Fritz, da Universidade Livre de Berlim.

Finalmente, como núcleo teórico estão Joan Martínez Allier e o grupo em torno da revista *Ecologia Política* de Barcelona, o do Instituto de Ecologia Política de Santiago do Chile e a Rede Ibero-Americana de Economia Ecológica, REDIBEC, que trabalham com o conceito da dívida ecológica e adentram na noção do desenvolvimento ao tentar promover um desenvolvimento que respeite e conserve o entorno, tendo em vista o aquecimento global e os danos acumulados nos quinhentos anos de história colonial. Este grupo, por enquanto, é o mais alternativo de todos, visto que foge do padrões convencionais de análise econômica e defende o desenvolvimento a partir da conservação e recuperação da natureza. O interessante deste grupo, que não está articulado, é que busca, em muitos casos, a compensação pelos danos causados ao ambiente no passado, chamado por alguns de “dívida colonial”.

Finalmente, em linhas gerais, a ortodoxia e as instituições multilaterais que lhe deram força e poder político está de saída: o FMI terminou suas funções e, apesar de que ainda não encerrou sua existência, está a caminho de encolher de forma importante, como resultado da frustração global dos governos e das sociedades com suas recomendações de políticas e diante da perda de credibilidade, legitimidade e recursos que tem sofrido após as crises da Ásia, Rússia, Argentina e, principalmente, da sua paralisia diante da queda da economia dos Estados Unidos e da irrelevância da sua participação frente à imensa crise norte-americana, cujo sintoma são hipotecas-lixo, com uma inadimplência de 1 trilhão de dólares, mais do que o PIB do Brasil e do México somados.

A carteira do FMI reduziu-se, em 2007, a um terço do que era em 2003. O Banco Mundial, por sua vez, que desempenhou o papel de partido político, que trazia as idéias, a agenda política, os técnicos e produzia os empréstimos para pagar os partidos –e que teve um papel tão importante na ditadura peruana de Alberto Fujimori– também tem sentido seus condicionamentos crescentes e múltiplos, de tal maneira que os clientes, que são

Resoluções Finais do IX Congresso Estadual dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul

governos, optaram por não pedir emprestado e, pelo contrário, devolver-lhes seu dinheiro. Sua carteira perdeu 40% entre 1996 e 2006. Com seu enfraquecimento e com o auge asiático veio a nova consciência, ainda em construção, de que o mercado puro e duro não é o caminho do desenvolvimento justo, distributivo e ecologicamente sustentável.

O que sabemos, depois de 25 anos de políticas ortodoxas na América Latina, é que as exportações cresceram e os salários não, a taxa de formação bruta de capital está estancada, há pressões tributárias modestas, com maior concentração de renda, e surgiu a consciência de que a privatização significou passar ativos do Estado principalmente para empresas transnacionais, mas não trazendo uma melhoria nos serviços, senão tornando-os mais caros. Telmex, do México, com as tarifas mais altas da América Latina e com uma qualidade de serviço horrorosa, como em geral são os serviços privatizados no México, é um destes casos.

Os bancos comerciais que cobram comissões obscenas e taxas de juro várias vezes maiores que a internacional, que já tiveram que ser salvos em todas partes uma ou duas vezes, é outro. A tendência atual, portanto, em quase todos os países, tem sido recuperar o controle acionário das empresas privatizadas que geram altos lucros. Esta é a base da altíssima taxa de crescimento econômico da Bolívia, apesar das tentativas de desestabilização norte-americanas, por exemplo.

Em construção, para dar vida às novas idéias de desenvolvimento, está o Banco do Sul, que tem como signatários oito dos dez países sul-americanos, a unidade de contas sul-americana, lançada inicialmente por Alan García em Quito, em janeiro de 2007, e que foi mencionada na declaração de Quito de maio de 2007 e batizada por Evo Morales como a "Pacha". Também está em curso uma dinâmica de integração sul-americana nos planos econômicos, financeiro, político e militar que é inédita, com alguns governos menos interessados do que outros, mas no fim todos pensando que é melhor ter uma atuação conjunta no plano global do que uma atuação singular. O inimigo deste processo é G. W. Bush, que, por sorte, tem apenas poucos meses de governo antes de entrar na lixeira da história.

- *Oscar Ugarteche, economista peruano, trabalha no Instituto de Investigações Econômicas da UNAM, México, e integra a Rede Latino-americana de Dívida, Desenvolvimento e Direitos (Latindadd). É presidente de ALAI*
Tradução: Naila Freitas / Verso Tradutores

LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL

Como fabricar uma crise global

Como foi que os mexicanos, que vivem na terra onde o milho foi domesticado, chegaram a depender do grão produzido nos EUA? Como foi que as Filipinas, que exportavam arroz, passaram a ser o maior importador mundial deste produto? Como no México, os agricultores filipinos perderam o apoio do Estado e descobriram os "encantos" da liberalização comercial. A análise é de Walden Bello. Walden Bello - La Jornada

Quando centenas de milhares de pessoas se manifestaram no México, no ano passado, contra o aumento no preço da tortilla, muitos analistas culparam os biocombustíveis. Devido aos subsídios do governo norte-americano, os agricultores

Resoluções Finais do IX Congresso Estadual dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul

desse país estavam destinando mais hectares ao milho para etanol do que para alimentos, fazendo com que os preços disparassem. Esse desvio do uso do milho foi, sem dúvida, uma das causas do aumento dos preços, embora provavelmente a especulação dos atravessadores, com a demanda por biocombustíveis, teve uma influência maior. Contudo, muitos deixaram passar uma pergunta interessante: como foi que os mexicanos, que vivem na terra onde o milho foi domesticado, chegaram a depender do grão norte-americano?

A erosão da agricultura mexicana

Não é possível entender a crise alimentar mexicana sem considerar que nos anos anteriores à "crise da tortilla" a pátria do milho foi transformada em uma economia importadora desse grão pelas políticas de "livre mercado" promovidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo Banco Mundial (BM) e por Washington. O processo começou com a crise da dívida, no início da década de 1980. O México, um dos maiores devedores do mundo em vias de desenvolvimento, foi obrigado a implorar dinheiro do BM e do FMI para pagar o serviço de sua dívida com bancos comerciais internacionais. O preço do resgate foi aquilo que um membro do conselho executivo do BM descreveu como um "intervencionismo sem precedentes", projetado para eliminar tarifas, regulamentações estatais e instituições governamentais de apoio, que a doutrina neoliberal identificava como barreiras para a eficiência econômica.

O pagamento de juros aumentou de 19% do gasto federal total, em 1982, para 57%, em 1988, enquanto o gasto de capital desmoronou, caindo de 19,3% para 4,4%. A redução do gasto governamental significou acabar com o crédito estatal, com os insumos agrícolas subsidiados pelo governo, com os apoios aos preços, com os conselhos estatais de comercialização e com os serviços de extensão.

Este golpe contra a agricultura camponesa foi seguido por outro ainda maior, em 1994, quando entrou em vigor o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN). Apesar de que esse tratado considerava uma prorrogação de 15 anos para a proteção de produtos agrícolas, entre eles o milho, em pouco tempo começou chegar milho norte-americano altamente subsidiado, fazendo com que os preços caíssem pela metade e afundando o setor do milho em uma crise crônica. Em grande parte por causa desse acordo, o México acabou consolidando-se como importador de alimentos.

Com o fechamento da entidade governamental encarregada da comercialização de milho, a distribuição das importações desse grão vindas dos Estados Unidos, assim como a do milho nacional, foi monopolizada por umas poucas empresas transnacionais de comércio, como a Cargill. Isso deu-lhes um tal poder para especular com as tendências do mercado que podem manipular e magnificar, muitas vezes, os movimentos da demanda por biocombustíveis. Ao mesmo tempo, o controle monopólico do comércio doméstico garantiu que um aumento nos preços internacionais do milho não se traduza em preços significativamente mais altos para os pequenos produtores.

Cada vez é mais difícil para os produtores mexicanos de milho furtar-se do destino de muitos outros pequenos produtores em setores como arroz, carne de gado, frango e suíno, os quais faliram devido às vantagens concedidas pelo TLCAN aos produtos subsidiados norte-americanos. Segundo um relatório do Fundo Carnegie, de 2003, as importações agrícolas dos EUA deixaram sem trabalho 1,3 milhão de camponeses, muitos dos quais migraram para o país do norte.

Resoluções Finais do IX Congresso Estadual dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul

As perspectivas não são boas, porque o governo mexicano continua nas mãos de neoliberais que desmantelam sistematicamente o sistema de apoio ao campo.

Fabricação da crise do arroz nas Filipinas

Que a crise global de alimentos tem sua origem na reestruturação da agricultura feita pelo livre mercado fica ainda mais claro no caso do arroz. Diferentemente do milho, menos de 10% da produção mundial de arroz é comercializada. Além disso, no caso do arroz não houve desvio do consumo para os biocombustíveis. Contudo, apenas neste ano os preços já triplicaram, passando de 380 dólares por tonelada, em janeiro, para mais de mil dólares, em abril. Não há dúvida de que uma boa parte dessa inflação é consequência da especulação dos cartéis atacadistas em uma época em que a oferta é escassa.

Contudo, o maior mistério é saber por que vários países consumidores de arroz que antes eram auto-suficientes tornaram-se severamente dependentes das importações.

As Filipinas constituem um triste exemplo de como a reestruturação econômica neoliberal transforma um país exportador em importador de alimentos. Esse país é o maior importador mundial de arroz. O esforço de Manila para garantir o abastecimento a qualquer preço tem se tornado manchete de capa e as fotografias de soldados que dão proteção à distribuição desse cereal nas comunidades pobres passaram a ser emblemáticas da crise global.

Os aspectos gerais da história das Filipinas são semelhantes aos do México. O ditador Ferdinando Marcos foi culpado de muitos crimes e de erros de gestão, entre os quais não ter promovido a reforma agrária, mas não pode ser acusado de privar o setor agrícola de verbas governamentais. Para amenizar o descontentamento dos camponeses, o regime entregou fertilizantes e sementes subsidiados, promoveu mecanismos de crédito e construiu infra-estrutura rural. Durante os 14 anos da sua ditadura, em apenas um, 1973, foi necessário importar arroz, devido aos extensos prejuízos causados por furacões. Quando Marcos fugiu do país, em 1986, havia 900 mil toneladas métricas de arroz estocadas nos armazéns do governo.

Paradoxalmente, os anos seguintes, com um governo democrático, viram encolher a capacidade de investimento governamental. O BM e o FMI, atuando em representação de credores internacionais, pressionaram o governo de Corazón Aquino para que desse prioridade ao pagamento da dívida externa, que chegava a 26 bilhões de dólares. Aquino concordou, apesar de ter sido advertida pelos economistas de seu país de que seria “inútil procurar por um plano de recuperação que seja consistente com o pagamento da dívida estabelecido pelos nossos credores”.

Entre 1986 e 1993, entre 8 e 10% do PIB saiu das Filipinas cada ano para pagar o serviço da dívida. A proporção dos gastos governamentais com o pagamento de juros, aumentou de 7%, em 1980, para 28%, em 1994; os gastos de capital caíram de 26% para 16%. Em resumo, o serviço da dívida tornou-se prioridade do orçamento nacional.

O gasto com agricultura caiu para menos da metade. O BM e seus acólitos locais não estavam preocupados, porque um dos propósitos de estar apertando o cinto era deixar que o setor privado fizesse investimentos no campo. Mas a capacidade agrícola ruiu rapidamente, o regadio cessou e por volta do fim da década de 1990 apenas 19% da rede viária do país estava pavimentada, contra 82% na Tailândia e 75% na Malásia. As colheitas eram, em geral, anêmicas; o rendimento médio do arroz era de 2,8 toneladas por hectare, muito abaixo do conseguido na China, Vietnã e Tailândia, onde os governos

Resoluções Finais do IX Congresso Estadual dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul

promoviam ativamente a produção rural. A reforma agrária definiu na era posterior a Marcos, privada de recursos para serviços de apoio, que tinham sido a chave para as bem-sucedidas reformas de Taiwan e da Coreia do Sul.

Como no México, os camponeses filipinos enfrentaram a retirada em grande escala do Estado como fonte de apoio. E o corte em programas agrícolas foi seguido pela liberalização comercial; a entrada das Filipinas na Organização Mundial do Comércio (OMC) teve o mesmo efeito que o TLCAN para o México. Ser membro da OMC requeria eliminar quotas de importações agrícolas, exceto para o arroz, e permitir que uma certa quantidade de cada produto entrasse com taxas reduzidas. Apesar de que foi permitido ao país manter uma quota nas importações de arroz, teve que admitir uma quantidade equivalente a entre um e 4% do consumo doméstico nos 10 anos seguintes. De fato, como consequência da queda na produção derivada da falta de apoio oficial, o governo importou muito mais do que isso para compensar uma possível escassez. Essas importações, que aumentaram de 263 mil toneladas, em 1995 para 2,1 milhões em 1998, fizeram cair o preço do cereal, desalentando os produtores, e manteve a produção em um nível muito inferior ao dos principais provedores do país, Tailândia e Vietnã.

As consequências da entrada das Filipinas na OMC varreram o resto da agricultura como um furacão. Diante da invasão de importações baratas de milho, os camponeses reduziram a terra dedicada a essa cultura de 3,1 milhões de hectares, em 1993, para 2,5 milhões no ano 2000. A importação massiva de cortes de frango praticamente acabou com essa indústria e foi também o aumento de importações que afetou a produção de aves, suínos e vegetais.

Os economistas do governo prometeram que as perdas em milho e outras culturas tradicionais seriam mais do que compensadas pela nova indústria exportadora de cultivos “de alto valor agregado”, como flores, aspargos e brócolis. Pouco de tudo isso aconteceu. O emprego agrícola caiu de 11,2 milhões, em 1994, para 10,8 milhões, em 2001.

O duplo golpe do ajuste imposto pelo FMI e a liberalização comercial imposta pela OMC fez com que uma economia agrícola em grande medida auto-suficiente passasse a ser dependente das importações e marginalizou constantemente os agricultores. Tratou-se de um processo cujo sofrimento foi descrito por um negociador do governo filipino durante uma sessão da OMC em Genebra: “Nossos pequenos produtores agrícolas são massacrados pela brutal injustiça do entorno do comércio internacional”.

A grande transformação

A experiência do México e das Filipinas repetiu-se em um país após outro, todos sujeitos aos manejos do FMI e da OMC. Um estudo da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) em 14 países descobriu que os níveis de importações agrícolas em 1995-98 excederam os de 1990-94. Não foi surpresa, visto que um dos principais objetivos do acordo agrícola da OMC era abrir mercados em países em vias de desenvolvimento, para que eles absorvessem a produção excedente do norte.

Os apóstolos do livre mercado e os defensores do *dumping* parecem estar em extremos opostos do espectro, mas as políticas que defendem produzem o mesmo resultado: uma agricultura capitalista industrial globalizada. Os países em desenvolvimento entram em um sistema em que a produção de carne e grãos para exportação está dominada por grandes fazendas industrializadas, como as administradas pela transnacional tailandesa CP, nas quais a tecnologia é melhorada continuamente por

Resoluções Finais do IX Congresso Estadual dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul

avanços em engenharia genética de companhias como a Monsanto. E a eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias facilita que surja um supermercado agrícola global de consumidores de elite e de classe média, atendidos por corporações de comércio de grãos, como Cargill e Archer Daniels Midland, e por varejistas transnacionais de alimentos, como a britânica Tesco e a francesa Carrefour.

Não se trata somente da perda progressiva da auto-suficiência alimentar nacional ou da segurança alimentar, mas daquilo que a africanista Deborah Bryceson, de Oxford, denomina “descamponesização”, ou seja, da supressão de um modo de produção para fazer do campo um lugar mais apropriado para a acumulação intensiva de capital. Esta transformação é traumática para centenas de milhões de pessoas, porque a produção camponesa não é somente uma atividade econômica: é um modo de vida milenar, uma cultura, o que é uma das razões de que na Índia os camponeses deslocados ou marginalizados tenham optado pelo suicídio. Calcula-se que uns 15 mil camponeses indianos acabaram com suas vidas.

A queda de preços, resultado da liberalização comercial, e a perda do controle sobre as sementes, agora em mãos das empresas de biotecnologia, fazem parte de um problema integral, assinala Vandana Shiva, ativista pela justiça global: “Na globalização, o camponês ou camponesa perde sua identidade social, cultural e econômica de produtor. Agora, um camponês é ‘consumidor’ das sementes e químicos caros vendidos pelas poderosas corporações transnacionais através de poderosos latifundiários e agiotas locais”.

Versão reduzida do artigo que será publicado na edição do The Nation (Nova York) no dia 2 de junho. Reproduzido com autorização do autor.

*** Walden Bello é analista e ex-diretor executivo do instituto de pesquisa e ativismo Enfoque no Sul Global, com sede em Bangkok.*

Tradução: Naila Freitas / Verso Tradutores

Críticas - de direita e de esquerda - ao governo Lula

O governo tem sido alvo de muitas críticas e elogios, de direita e de esquerda, contraditórios entre si, de forma alternada e, às vezes, simultânea. A virulência com que a direita critica e os massivos meios monopólicos de comunicação com que ela conta, provocam tanto uma defesa exacerbada de quem tem críticas, como a impressão de que essas posições são compartilhadas por muita gente na sociedade.

As pesquisas de opinião têm desvendado, cada vez mais, a esplêndida solidão dos Frias, dos Marinhos, dos Civitas, dos Mesquitas e seus funcionários. Eles seguem definindo, neuroticamente, a pauta que deveria ser a do país. Tomemos os últimos anos e nossa história seria uma cadeia de escândalos do governo, de não menos de 10, primeiro duravam meses, depois semanas, outros esboçam viver e morrer no nascedouro. São decadentes, mas se aferram a seus venenos, como bichos prensados contra a parede, desesperados pela sua impotência, fazem a contagem regressiva para 2010, nervosamente.

Suas críticas são tipicamente as da direita, as mesmas que compartilham com o bloco tucano-pefelista: menos Estado – o que significa, para eles, não menos financiamentos privados, isenções, mas menos contratações de pessoal, menos gastos com políticas sociais, menos impostos; trocar a integração latino-americana e com o Sul do mundo, por aquela tradicionalmente submissa com o Norte; nenhum tipo de

Resoluções Finais do IX Congresso Estadual dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul

regulamentação estatal, nem no mercado de trabalho, nem na política de comunicações, nem na circulação de capitais; mais privatizações. Sua utopia se realizava no governo FHC, com quem se identificaram plenamente. Gostam de qualquer candidato que derrote Lula ou tire votos de quem seja o candidato mais forte a dar continuidade ao seu governo.

Prefeririam um neoliberal ortodoxo, como foi Alckmin, não gostam de certos tons desenvolvimentistas que Serra ainda poderia ter como herança, mas tem a garantia, pelos seus governos na prefeitura e no governo do estado, que atende a todas as demandas do grande empresariado, que é adepto de seguir as privatizações, de diminuir o tamanho do Estado, de diminuir impostos, de favorecer aos investimentos brancos, de não colocar obstáculos à especulação financeira.

É fundamental situar essas posições, para que críticas de esquerda não se confundam com elas, porque estas são absolutamente contraditórias com aquelas. Cito um caso de confusão entre as duas, que favorece a direita: na discussão sobre a CPMF, na versão final da proposta, se tratava do que a esquerda deveria pregar: um imposto difícil de ser sonegado, pago por quem dispõe de mais recursos e todo ele para a saúde pública. Tudo o que a direita não quer: tributação sobre os mais ricos, que não podem contornar e que vai para políticas sociais. O senador do Psol votou contra, cometendo um grave equívoco, somando-se à direita e ajudando a confundir ainda mais o quadro de polarização entre direita e esquerda.

Há outros casos, mas este é mais recente e mais significativo, porque muito caro à direita: menos impostos, menos Estado e tratar de brechar as políticas sociais do governo – considerando que diminuiriam o prestígio do governo Lula e dificultariam a eleição de um sucessor seu. Tomam o governo Lula como inimigo fundamental, não se importam de se somar à direita para atacar o governo, aceitam a polarização entre governo/oposição, tem em comum com esta a vontade de enfraquecer o governo, de qualquer forma, pela consciência de que se o PT não desaparecer, não terão possibilidade alguma.

Em lugar de ser um crítico de esquerda, que apóia o que governo tem de esquerda – como veremos na segunda parte deste artigo, entre outros, a política externa, a política social, a política cultural, etc. -, atacam tudo e rifaram a possibilidade de construir uma alternativa à esquerda do PT, ficando relegados à intranscendência política.

Seria preciso assumir que o governo tem aspectos elogiáveis e outros condenáveis, do ponto de vista da esquerda. Qualquer simplificação leva a erros imensos, seja o de buscar justificativas de esquerda para a política econômica – uma verdadeira quadratura do círculo -, seja a condenar o governo como o inimigo fundamental da esquerda, o que leva a somar-se com a direita.

As ambigüidades do governo são inúmeras e o próprio Lula afirma que nunca os ricos – e aqui é preciso dizer, antes de tudo os bancos – nunca ganharam tanto e nunca os pobres melhoraram tanto de vida. Condenável a primeira, elogiável a segunda. Uma não é condição da outra, ao contrário, quanto mais ganhe o pior capital possível – não cria bens, nem empregos, chantageia com ameaças de forjar crise com fugas, etc -, menos recursos para impulsionar o desenvolvimento, criar riqueza, gerar emprego, aumentar os recursos para políticas sociais, etc.

Essa a primeira grande crítica que o governo merece da esquerda: não rompeu com a hegemonia do capital financeiro – na sua modalidade especulativa – e, ao contrário, lhe deu continuidade e consolidou a independência, de fato, do Banco Central, expressão política e institucional dessa hegemonia. Os juros remuneram ao capital financeiro, da

Resoluções Finais do IX Congresso Estadual dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul

mesma forma que os lucros ao produtivo e os salários à força de trabalho.

Manter as taxas de juros mais altas do mundo, atraindo o pior tipo de capital, não cobrar-lhe impostos para que circulem livremente para dentro e para fora do país, dar autonomia para que sua representação direta no governo defina uma variável fundamental para a economia do país, mas também para os recursos para políticas sociais, é um erro que tem que ser reiteradamente criticado pela esquerda. Mas como toda esquerda politicamente séria, não apenas crítica e dogmática, é preciso apresentar alternativas e elas existem, recentrando a economia nos investimentos produtivos e as políticas sociais na criação de empregos.

Outro aspecto que merece crítica é a aliança com o grande capital exportador, especialmente o do agronegócio, seja pela forma de exploração da terra, seja pelo seu caráter monopólico, seja pela utilização de transgênicos, seja porque se voltam para a exportação e de um produto como a soja, com todas suas implicações negativas. Além de que inequivocamente essa aliança está na base da não promoção – que deveria ser central em um governo de esquerda – da economia familiar e da segurança alimentar, assim como do avanço totalmente insuficiente da reforma agrária.

Um terceiro aspecto central do governo, que deve ser objeto de crítica da esquerda, é a não caracterização dos EUA como cabeça do imperialismo mundial, com todos os danos que causa à humanidade, a começar pela política de “guerras infinitas”. O Brasil não pode se relacionar com os EUA como se fosse apenas um país rico, tem que levar em conta que é a cabeça do bloco imperialista que, de todos os pontos de vista – econômico, financeiro, tecnológico, político, militar, ideológico, mediático – representa o que de pior tem o mundo hoje, responsável pela concentração de renda, pelas políticas de livre comércio, pela miséria, pela degradação ambiental, pelas guerras, pela especulação financeira, pelos monopólios da mídia, pela propaganda de um estilo de vida mercantilista, etc, etc. Não tomar o imperialismo como referência central no mundo de hoje leva a cometer graves erros e a correr sempre riscos de se deixar levar pelas políticas do império.

Poderíamos acrescentar outros aspectos, como a repressão e não o incentivo a rádios comunitárias, o atraso (se bem que agora com uma boa posição no caso de Rondônia) sobre a delimitação das terras indígenas, a não abertura dos arquivos da ditadura.

Esta a primeira parte do artigo, a segunda, com os aspectos positivos do governo, que deveriam ser apoiados e incentivados pela esquerda, vem em seguida. Mas também com os elogios da direita, contraditoriamente distintos do da esquerda.

Fonte: site: www.cartamaior.com.br

3. Estrutura Sindical

Na Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação/RS, ao longo de cada ano, dentre os grandes problemas de natureza interna do ramo, as eleições da federação tem sido um teste constante da nossa capacidade política e administrativa.

A Experiência mostra que apesar da grande capacidade de cada companheiro e das entidades filiadas em superar divergências, calcados na democracia, cada eleição da FTIA-RS tem sido um desafio para garantir a representatividade dos filiados na direção da entidade, além de um trabalho árduo na luta pela unidade do ramo.

Por ser a cada três anos, o trabalho para “curar as feridas” do processo eleitoral, quando não há consenso, consome boa parte do 1º ano de mandato, deixando pouco mais de 1 ano para um trabalho efetivo, já que a proximidade do 3º ano desencadeia um novo processo eleitoral.

Sendo a eleição da federação pela base, podemos afirmar que ao longo da história tem se tornado como o processo mais democrático na atual estrutura, porem, cada eleição trás um custo financeiro bastante elevado para o ramo como um todo, que envolve confecções de materiais, deslocamento pelo estado, requisições de Diretores, etc.

Sendo ainda, que o processo eleitoral vigente no Brasil é de 04 (quatro anos), e que a maioria das entidades já se pauta por esse prazo, como forma de adequação e de corte de custos, foram aprovadas as seguintes resoluções:

1º Que seja alterado o Estatuto Social para o próximo mandato, que o mesmo seja de 04 (quatro anos) para os membros da Direção;

2º Que em caso de haver uma única chapa concorrente, o processo eleitoral seja por aclamação em uma plenária estadual do ramo da alimentação, convocada para esse fim específico, conforme o Artigo 39 do Estatuto da entidade.

3º Que a reforma estatutária se dê em um período não superior a cento e oitenta dias.

4. Alteração do Estatuto FTIARS – Artigo 36º e 39º

O Art. 36º do Estatuto da Entidade está em vigor com a seguinte redação:

Artigo 36º - O conselho de ética será composto por (5) cinco membros efetivos e três (03) Membros suplentes, eleitos pelo congresso da categoria, sendo vedada à reeleição.

A proposta que se coloca em debate objetiva a alteração da parte final da redação do caput do art. 36º, visando basicamente a retirada da vedação a reeleição.

Tal alteração, se fundamentalmente, principalmente, por entender que a reeleição

Resoluções Finais do IX Congresso Estadual dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul

qualifica o trabalho que realizado no conselho, posto que os membros poderão, com um período maior de mandato, implementar de forma mais efetiva sua importância, fazendo com que o conselho se torne cada vez mais atuante e reconhecido.

Assim, possibilitando a reeleição no Conselho de Ética será possível uma maior participação e amplitude do referido conselho, que com o passar dos anos tem se mostrado fundamental na fiscalização do nosso trabalho, enquanto dirigentes.

No entanto, é importante que os membros do conselho não se perpetuem nos cargos, sendo possibilitada a reeleição apenas por uma única oportunidade,

Assim, apresenta-se a seguinte proposta::

Artigo 36º - O Conselho de Ética será composto por (5) cinco membros efetivos e três (03) Membros suplentes, eleitos pelo congresso da categoria, podendo seus membros serem reeleitos uma única vez, garantindo-se a renovação de sua composição em no mínimo um terço.

Artigo 39 - Visando aperfeiçoar a decisão relativa à alteração do mandato dos membros que compõem a direção da federação, a Plenária do IX Congresso Estadual dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Rs aprovou as seguintes alterações no Estatuto da Entidade:

- a. Adequação do chamamento do Congresso Estadual de quatro em quatro anos;
- b. Que sejam também chamadas Plenárias Estaduais, de forma intercalada com os congressos, com a finalidade de monitorar e aperfeiçoar as resoluções destes, além de deliberar sobre os assuntos que sejam do interesse do ramo e da classe trabalhadora em geral, desde que não contrariem as deliberações dos mesmos;
- c. Os critérios de qualificação dos delegados representantes se dará na forma das letras “a” e “b” e seus parágrafos do Estatuto da entidade.

5. Comunicação

A comunicação sempre teve um papel fundamental na estratégia de dominação do poder econômico, não é a toa que o sistema capitalista desenvolveu um sofisticado sistema de mídia com o firme propósito de defender seus interesses, mascarando a realidade, distorcendo a verdade e dessa forma, alienando a população, tornando-a facilmente manipulável e acomodada. Os movimentos de lutas de classe, em especial o movimento sindical, entendem a importância da comunicação na luta pela conquista de direitos dos trabalhadores, mas infelizmente, os avanços na criação de ferramentas mais eficazes de comunicação ainda são tímidos, em que pese estarmos em plena era da informática, cuja internet abriu, pela primeira vez, a real possibilidade de comunicação direta tanto das entidades sindicais, dos mais diversos ramos, no mundo todo, de forma instantânea.

Com certeza, essa dificuldade em termos de comunicação, no seu sentido mais amplo e irrestrito, é resultado de uma política de comunicação dos movimentos sindicais, cujo trabalho ainda que feito pôr profissionais e assessorias qualificadas, é meramente reativo e imediatista, sem a preocupação de desenvolver uma política estratégica de curto, médio e longo prazo, com a

Resoluções Finais do IX Congresso Estadual dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul

preocupação real de disputar com a mídia burguesa e debater com a classe trabalhadora temas relevantes que vão desde direitos mínimos, até as profundas diferenças entre a sociedade escravista e materialista defendida pelo capital e a sociedade libertária, humana e solidária almejada pôr todos os lutadores sociais.

O ramo da alimentação possui diversas assessorias qualificadas em termos de comunicação, mas não possui um setor aparelhado adequadamente para pensar e pôr em prática estratégias de comunicação, ainda que haja um esforço através de seu coletivo.

No entanto, por mais contraditório que pareça pelas afirmações anteriores, existe um setor da federação, e do ramo da alimentação, altamente qualificado e eficaz que trabalha com comunicação como forma de atingir um determinado fim; esse setor é a secretaria de formação e o coletivo de formação do ramo, cuja comunicação é imprescindível para a qualificação de base. Usando de materiais os mais diversos como audiovisuais, impressos, informática, etc, a secretaria de formação é a prova que a comunicação pensada de maneira estratégica é fundamental na luta de classe.

Diante da real necessidade de avanços na comunicação dentro do ramo da alimentação, o IX Congresso Estadual da Alimentação aprovou:

1 – Que seja alterado o estatuto da Federação para que a Secretaria de Formação passe a incorporar a comunicação, tornando-se desta forma, Secretaria de Formação, Educação Sindical e Comunicação.

6. Reestruturação das Regionais

Pela importância das Regionais para o Debate Político Descentralizado para o Ramo da Alimentação, o IX Congresso Estadual da Alimentação aprovou que:

1º - as regionais sejam instâncias reconhecidas pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul, como opinativas, consultivas, propositivas e deliberativa para as Regionais;

2º - as regionais deverão respeitar e implementar as deliberações das instancias da FTIA-RS;

3º - as regionais terão o direito de indicar um (01) membro por regional para a composição da executiva por ocasião das eleições da FTIA-RS, e também o nome de mais três (03) membros para composição da Direção Geral, quando houver chapa única.

4 – as regionais terão como composição: dois (02) membros efetivos e dois (02) membros suplentes por sindicato, e mais os presidentes dos sindicatos da regional, com o mandato nunca superior a um (01) ano.

5 – a Regional na sua composição por sindicato, os membros representantes serão obrigatoriamente um (01) efetivo e um (01) suplente, componentes da executiva do sindicato, os demais componentes efetivo e suplente serão eleitos entre os membros da direção do sindicato excetuando-se os demais membros da executiva.

6 – o presidente e os membros suplentes terão somente direito a vós nas reuniões da regional.

Resoluções Finais do IX Congresso Estadual dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul

7 – as reuniões das regionais deverão ser abertas a participações de quem se dispôr desde que sejam membros de categoria do ramo da alimentação somente com direito a voz;

8 – o regimento de funcionamento será comum a todas as regionais, que será elaborado com a coordenação da secretaria de política sindical da FTIA-RS, e as regionais efetivamente constituídas, e com posterior aprovação pelo conselho de representantes da FTIA-RS;

9 – as regionais terão como quorum mínimo para o seu funcionamento de 50 % (cinquenta) mais um (01) de seus membros presentes, e suas deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes com direito a voto.

10 – as regionais poderão apresentar propostas, sugestões e questionamentos a direção da FTIA-RS, desde que verse sobre os interesses da entidade, do ramo da alimentação e da classe trabalhadora em geral.

11 – as regionais terão que se reunir três (03) vezes ao ano, acima deste número de reuniões fica a cargo de cada regional.

7.1 - Saúde do Trabalhador

Epidemia de Dengue

Com 481.316 brasileiros infectados até setembro no país, 2007 registrou aumento de 50% no número de casos da doença em relação aos primeiros nove meses do ano passado. A forma hemorrágica causou 121 mortes contra 61 de 2006.

A transmissão do vírus e a “magnitude da epidemia” tem relação direta com determinantes sociais tais como densidade populacional, a deficiência na coleta de resíduos domiciliares, falta de esgoto sanitário e abastecimento de água potável, o IX Congresso Estadual da Alimentação aprovou a realização de:

- Campanhas de conscientização sobre o problema da doença;
- Campanhas pela coleta de lixo e em favor da qualidade do saneamento básico;
- Orientações, a partir dos sindicatos, sobre a doença;
- Divulgação de cuidados e formas de prevenção da doença.
- Luta pela implementação de Coleta Seletiva de Lixo.

7.2 - Uso Abusivo de Analgésicos

O uso abusivo de medicamentos superou o de drogas ilícitas como heroína, cocaína, metanfetaminas ou ecstasy em algumas partes do mundo, consta do relatório anual 2006, divulgado em março, do International Narcotics control Board.

Resoluções Finais do IX Congresso Estadual dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul

Na França, até 25% de produção de Subutex (analgésico usado no tratamento da dependência de drogas) são desviados para o mercado ilegal. Essa demanda em todo o mundo esta causando o crescimento do mercado de remédios falsificados, o IX Congresso Estadual da Alimentação aprovou:

- A realização de Campanhas de informação sobre o uso descontrolado de drogas;
- Que os sindicatos se empenhem na tarefa de conscientizar pelo uso correto de medicamentos, evitando também a automedicação.
- Que se façam denúncias sobre medicamentos clandestinos.

7.3 - As Questões Alimentares

Uma das grandes preocupações atuais da saúde brasileira é que ao mesmo tempo em que os crescentes casos de obesidade passam a chamar mais atenção que a desnutrição no país, as recentes mortes relacionadas a transtornos alimentares alertam para os riscos de um novo padrão estético, que interfere na maneira como o indivíduo se relaciona com sua alimentação e seu próprio corpo.

É a “ditadura da aparência”, face visível do processo de transição nutricional que, segundo dados do Ministério da Saúde, não só reduz a qualidade de vida da população como onera gastos públicos.

Também o alto consumo de remédios para emagrecer, tem causado mortes por insuficiência renal e infecção generalizada, como o caso da modelo Ana Carolina Reston.

Anorexigêneos são anfetaminas que inibem apetite seu uso indiscriminado pode provocar crises de pânico, comportamento agressivo e violento, alucinações, depressão respiratória, convulsões, coma e morte. O Brasil consta como o 1º na lista dos consumidores, seguido pela Argentina e Coréia do Sul.

O IX Congresso Estadual da Alimentação aprovou a realização de:

- Campanha de conscientização sobre o problema;
- Orientações e informações sobre doenças decorrentes de transtornos alimentares;
- Campanhas de prevenção.

7.4 - Saúde do Trabalhador- LER/DORT

Nos últimos anos o mundo industrializado se depara com um fenômeno complexo de difícil enquadramento. Homens e mulheres ligados a atividades que exigem trabalho muscular intenso de caráter repetitivo passaram a queixar-se de sintomas diversos, entre eles, dores musculares, enfraquecimento, redução de movimentos, formigamento e fadiga.

Com o passar do tempo esta doença passou a ser denominada como LER (Lesões por Esforços repetitivos), e posteriormente foi rebatizada pela Previdência Social com o

Resoluções Finais do IX Congresso Estadual dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul

nome de DORT (Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho).

As LER/DORT estão diretamente relacionadas ao trabalho, tentaremos buscar as possíveis causas, que no nosso entendimento pode ter origem nos seguintes fatores: repetitividade de movimentos, ritmo de trabalho intenso, controle das idas ao banheiro, necessidade de ficar parado ou sentado durante muito tempo seguido, máquinas e equipamentos incômodos, tamanho e espaço desproporcional ao empregado, cobrança contínua dos chefes para manter a produtividade e errar cada vez menos, incentivo à produção cada vez maior, exigência de horas extras, dificuldade de interromper o trabalho até para dar uma respirada, inexistência de canal para conversar sobre problemas no trabalho, falta de flexibilidade de tempo, ambiente frio, quente, úmido e ruidoso.

As Indústrias Avícolas e Frigoríficos sediadas no Rio Grande do Sul, estão se tornando uma fábrica de doentes, conforme dados e reclamações de empregados.

Com relação aos encaminhamentos para o INSS podemos afirmar que de 10% (dez) a 12% (doze) por cento dos trabalhadores afastados do trabalho, em benefício de auxílio doença, são oriundos especialmente das Indústrias Avícolas e frigoríficos.

Cabe ressaltar que a maioria das empresas, não fornecem a CAT para os trabalhadores portadores de LER/DORT.

Estudos de acompanhamento de empregados portadores de LER/DORT, atendidos por médica especializada em doenças do trabalho, o STI. Alimentação de Caxias do Sul nos anos de 2004 a 2007 houve um crescimento em média de 13% sendo a grande maioria mulheres que exercem de atividades das Indústrias Avícolas.

De acordo com levantamento sobre LER/DORT realizado pelo STI. da Alimentação de Bento Gonçalves, o resultado é mais assustador, pois além de empregados das Indústrias Avícolas, existe um grande percentual de trabalhadores doentes que exercem atividades nas indústrias de massas biscoitos, o que acreditamos não ser diferente em Caxias do Sul e nas demais regiões do Estado do Rio Grande do Sul.

A irresponsabilidade social do capital, devidamente comprovado através de trabalho de pesquisa realizada pela FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, através do Projeto Integrado do Trabalhador Avícola, diagnóstico do setor no Rio Grande do Sul/2006, o surgimento acentuado de adoecimento, caracterizado como problemas individuais de estresse, fadiga física e mental, esconde uma realidade na qual o sofrimento deve e precisa ser relacionado ao trabalho.

Acreditando ser a saúde dos trabalhadores um bem imprescindível e inegociável, o IX Congresso Estadual da Alimentação aprovou a luta por:

1. Redução da jornada de trabalho para 6 (seis) horas diárias sem redução de salário;
2. Ginástica laboral, com acompanhamento profissional no início, meio e final de cada jornada de trabalho;

Resoluções Finais do IX Congresso Estadual dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul

3. Diminuição do ritmo de trabalho imposto pela velocidade das máquinas;
4. Reorganização do modo de trabalho das empresas;
5. Redefinição de conceitos de produtividade, qualidade de produtos, relações humanas e alterações no mobiliário e ferramentas utilizadas com a participação dos trabalhadores nestas mudanças;
6. Emissão de CAT pelas empresas, quando houver suspeita que o trabalhador seja portador de LER/DORT.
7. Que O INSS e o governo, conjuntamente com as empresas e as entidades sindicais, busquem formas de prevenir o adoecimento de trabalhadores, tratar e reabilitar os doentes, que são portadores de LER/DORT, dando-lhes todas as condições necessárias como forma de amenizar o sofrimento.
8. O segmento das indústrias da Alimentação, em especial no setor avícola, precisa ter sua realidade produtiva explicitada. As situações do cotidiano do chão de fábrica precisam se tornar públicas e conhecidas de forma mais ampla para que se possam traçar propostas coerentes e efetivas de ação sindical e intervenção por parte das agências de fiscalização e controle da saúde pública.
9. Que sejam realizadas ações por parte da Federação e dos Sindicatos da Alimentação, imediatas de divulgação dos resultados de todos os seminários, da pesquisa feita sobre o tema Saúde do Trabalhador LER/DORT e das resoluções do congresso.
10. Que a Federação e os Sindicatos filiados, promovam ações coletivas, ações civis públicas, denúncias ao Ministério Público do Trabalho contra as empresas e contra o INSS de reparação de perdas, além de danos morais.

8. Formação Sindical

Nas últimas gestões, o Programa de Formação Sindical da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação/RS tem se desenvolvido de modo descentralizado. Nesse contexto, ressaltamos o trabalho do Coletivo de Formação, que teve papel importante na atualização de materiais, temática e conteúdos, como o resgate histórico da luta dos trabalhadores no Brasil e as transformações no mundo do trabalho com seus impactos na relação capital x trabalho, além da formulação de diretrizes, em consonância com as políticas e estratégias da FTIA/RS. Para tanto, a Secretaria de Formação tem realizado seu planejamento anualmente, bem como encontros mensais do Coletivo.

Entretanto, o trabalho ainda carece de envolvimento de vários Sindicatos e da maioria Regionais, que não priorizam e não investem em atividades formativas. Em decorrência disso, há pouca participação dos Diretores sindicais e trabalhadores de base.

Quanto aos conteúdos, mesmo que qualificados, ainda não dispomos de materiais que os apresentem em condições satisfatórias e que respondam às exigências do processo formativo atual e uma vez:

- Que a formação sindical é parte fundamental e deve ser prioridade para qualquer entidade representativa dos trabalhadores, que tenha visão estratégica da luta de classes;
- Que a política de formação deve ser pautada de modo a formar novas lideranças e

Resoluções Finais do IX Congresso Estadual dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul

consolidar a consciência de classe, tendo como objetivo preparar os trabalhadores para interpretar e intervir de forma consistente e qualificada na realidade e em todos os espaços de atuação sindical, visando contribuir com a construção de uma sociedade justa e igualitária;

- Que o nosso maior desafio é fazer com que as ações formativas atinjam os trabalhadores, a partir dos locais de trabalho;

- Que o processo de formação da FTIA/RS deve se realizar de forma coletiva, planejada e contínua, sob a responsabilidade mútua da FTIA/RS, Regionais e Sindicatos filiados, e de forma articulada com outras entidades como CONTAC, CUT, UITA e TIE-BRASIL, o IX Congresso Estadual da Alimentação aprovou:

1. Trabalho articulado com as Regionais, as quais deverão indicar um representante de cada uma para o Coletivo Estadual de Formação;
2. Aplicação de um percentual da arrecadação do Sindicato especificamente em formação Sindical;
3. Pesquisa e atualização contínua dos conteúdos formativos, bem como a elaboração de materiais audiovisuais e gráficos como revistas e cartilhas, conjuntamente com a CONTAC, CNTA, CUT, UITA e TIE-BRASIL;
4. Aperfeiçoamento do processo formativo, que responda às transformações dos locais de trabalho, onde a grande maioria dos trabalhadores é jovem. Investimento prioritário na formação e consolidação da consciência de classe dos trabalhadores de base, como meio para a renovação de quadros;

9.1 - Relações de Gênero e Temáticas Sociais

Secretaria da Mulher

1. Conforme a RAIS 2006, em 31 de dezembro/2006 dos 109.674 trabalhadores da categoria da alimentação do estado do RS, 37.955 eram mulheres, num percentual de 34,61%;
2. Dos 37 sindicatos filiados, apenas 02 são presididos por mulheres;
3. Desde a realização do V Concut, em 1994, a CUT Nacional implantou a cota de 30% de participação de mulheres na direção da Central e incorporou em seu Estatuto a ampliação para as suas instâncias verticais e horizontais, com orientação aos seus filiados;
4. A partir de 1996, a OIT ampliou o número de componentes do Grupo de Trabalhadores em seu Conselho de Administração, com a recomendação de que as novas vagas fossem ocupadas por mulheres;

Resoluções Finais do IX Congresso Estadual dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul

O IX Congresso Estadual da Alimentação aprovou que:

1. Os sindicatos filiados, através de seus estatutos, busquem a participação mínima de 30% de mulheres em seus quadros diretivos;
2. Criem a Secretaria para Assuntos de Mulheres;
3. Destinem, na Previsão Orçamentária, um percentual para as atividades relacionadas a Secretaria da Mulher (participação em congressos, seminários, capacitação, palestras)

9.2 – Debate sobre questões do Aborto e Formas de Prevenção

Não creio que alguém seja a favor do aborto, pois é uma situação de sofrimento e dor para as pessoas envolvidas e ninguém pode desejar que ela ocorra.

Anualmente são registradas mais de 200 mil curetagens, como consequência de abortos malsucedidos, concluímos que a proibição é ineficaz como medida preventiva.

Quantos profissionais praticam? Em que condições? Quantas jovens morrem por complicações decorrentes de abortos? Quantas ficarão impedidas de procriar?

Temos que levar em conta que a jovem rica é bem atendida, ao passo que as pobres são discriminadas.

O IX Congresso Estadual da Alimentação aprovou que:

- Se façam campanhas de conscientização sobre o tema;
- O SUS faça aborto conforme está previsto em lei;
- Se evite a discriminação social;
- A Secretaria de Saúde colocará no site da Federação os itens que se referem a criminalização ou não de práticas abortivas, solicitadas pela Plenária.

10. Monocultura

Agro-Combustíveis, Bio-Combustíveis e Silvicultura x Alimentos

O mundo passa por transformações constantes. O capital acaba sempre se reciclando através de manipulações e, ações de governos de plantão, que na sua essência são os seus legítimos representantes.

Hoje o gargalo maior desta instituição chamada capital, está em como manter uma das principais máscaras deste sistema, que com certeza é a matriz energética chamada transporte, que juntamente com a comunicação, formam as suas principais âncoras deste sistema.

Resoluções Finais do IX Congresso Estadual dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul

No primeiro assistimos um modelo que dá sinais de curso final que é o aumento de produção de carros e caminhões e outros assemelhados. É tanta produção que as cidades não suportam mais, tamanha quantidade nas ruas das grandes metrópoles. Na há política de trânsito que de conta de tamanha demanda.

Quanto ao transporte de carga, não é diferente, as estradas que compõe malha rodoviária dão sinais de esgotamento sem falar na quantidade de acidentes provocados, que matam mais do que muitas guerras. Por outro lado as malhas ferroviárias e hidroviárias não recebem a devida importância que deveriam ter como alternativa de escoamento da produção, pois as grandes multinacionais não permitem que seus representantes se queiram pensar nestas opções. Para eles isso representaria menos fabricação dos modelos e de acessórios, como borracha estruturas metálicas, óleos lubrificantes, peças etc..., para sustentar esta cadeia produtiva transnacional.

Por outro lado é preciso pensar um como sustentar tudo isso. Falando em energia sabemos que o combustível fóssil, tem em suas reservas tempo contado, aliás, em essa matriz energética tem provocado tamanha disputa pelo seu controle, exemplo mais recente e a investida do império americano contra os países produtores, mais recentemente a guerra do Iraque, a tentativa de golpe na Venezuela, entre outros,

Já os grandes líderes mundiais sabem que também é preciso criar políticas alternativas para dar sustentação desse modelo, exemplo e o império americano de Bush, que vem estimulando fortemente no EUA, a política dos agro-combustíveis, como a produção de milho, para fins exclusivo de produzir etanol, para sustentar um consumo cada vez maior, sem falar dos processos de transgênia utilizados em larga escala para fomentar e elevar a produtividade destes produtos.

No Brasil o governo Lula, vem incentivando a política canavieira e a produção de soja, também com a mesma finalidade, a cada dia que passa ouve-se falar da instalação de uma nova indústria para produzir álcool e os chamados biocombustíveis. Esta política está se expandindo pelo Brasil até mesmo no Rio Grande do Sul, não bastando à monocultura de soja, com mais de 80% já destinado para esse fim, existe a previsão de se plantar na região da produção 150 mil hectares de cana de açúcar com a mesma finalidade.

Por outro lado no RS, o governo de Yeda Crusius, tem como principal bandeira de desenvolvimento a destinação de terras agriculturáveis para a utilização da Silvicultura, o plantio de árvores exóticas tipo eucaliptos, pinos e acácia, com o único interesse de atender as indústrias papeleiras, entre elas as multinacionais Aracruz e Stora Enzo. Esta política, primeiro atende ao interesse das multinacionais de produzir os seu lixo aqui e lucrar cada vez mais, bem com se contrapor a agricultura familiar e por conseqüência a reforma agrária, pois as terras ocupadas com essa cultura são consideradas propriedades produtivas.

Estas políticas além de comprometerem o meio ambiente, secando mananciais, concorrendo com a flora natural evitando a polinização de diversos, principalmente a mata nativa, disputa frontalmente com a agricultura tradicional, que é a de produzir alimentos para satisfazer as necessidades básicas da população como a produção da carne, leite, trigo, feijão, milho, arroz, tomate e outras culturas de nossa cadeia produtiva. Na cadeia produtiva da carne os resultados já são notados como a retração da atividade frigorífica, ceifando o emprego de centenas de trabalhadores sem falar nos preços exorbitantes. deste produto

Resoluções Finais do IX Congresso Estadual dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul

Há dados do DIEESE de São Paulo, que apontam que no Brasil no ano de 2007, houve uma redução de um milhão de cabeças de bois para o abate, sem falar na redução da cadeia leiteira, na produção de feijão, trigo, milho, arroz, soja, tomate, o resultado disso pode ser percebido nos supermercados com a alta do preço e a escassez dos produtos, o IX Congresso Estadual da Alimentação aprovou:

- a. O engajamento do nosso ramo nas políticas que se contrapõe a este modelo de desenvolvimento.
- b. A participação efetiva nos fóruns de debate sobre a silvicultura e as monoculturas que atende exclusivamente a programas de biocombustíveis, e também as transnacionais dos eucaliptos e outros.
- c. A realização por parte da FTIARS, de seminários e debates regionais como forma de chamar atenção dos trabalhadores e da sociedade para o caos que se aproxima que é a falta de alimentos e por consequência o encarecimento dos mesmos.
- d. Não a conciliação com governos e atores da sociedade que defendam esse tipo de desenvolvimento.

11. Plano de Lutas

- Reunir esforços para contarmos com programas de rádio e principalmente em rádios comunitárias;
- Incentivar os diretores e trabalhadores de base a participarem de programas radiofônicos e colocar suas posições instruindo sobre como evitar doenças, como dengue, leptospirose e outras;
- Que sejam divulgadas as lutas do ramo e da classe trabalhadora em geral;
- Incentivar também a criação de TV's Comunitárias.
- Escala móvel de salário de três em três meses, concedendo no mínimo a inflação do trimestre.
- Salário mínimo conforme levantamento do DIEESE.
- Livre negociação de salários acima da inflação.
- Garantia por Lei que, no mínimo os índices de inflação sejam concedidos em caso de malogro das negociações diretamente entre a categoria econômica e categoria profissional, quando em julgamento, além de concessão de aumento real.
- Unificar nossa luta por ampliação de direitos, com as demais categorias, promovendo e participando de atividades com Sindicatos, Federações, Confederações e Centrais Sindicais, reafirmando nossas posições em defesa da unicidade sindical e da liberdade e autonomia das bases;
- Apoiar as lutas dos movimentos sociais, em especial a luta pela reforma agrária, pela função social da terra, pela moradia e em defesa do meio ambiente;
- Unificar a luta do ramo da alimentação a nível nacional com a participação ativa e efetiva da Federação, CONTAC e CNTA, com o objetivo de buscar uma campanha salarial nacional unificada;
- Incentivo a criação da Secretaria da Mulher nos sindicatos;
- Criação de COMISSÕES DE SAÚDE DO TRABALHADOR, de forma tripartite

Resoluções Finais do IX Congresso Estadual dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul

(governo, trabalhadores e empresários), instituída através de Acordos e que garantam estabilidade aos representantes dos trabalhadores nos moldes das CIPAS.

- Participação em fóruns pela FTIA-RS e Sindicatos sempre que o interesse dos trabalhadores estiver em pauta e este não pregar a conciliação de classes.

- Ampla campanha de mobilização dos MOVIMENTOS SINDICAL E POPULAR pela derrubada do FATOR PREVIDENCIÁRIO e do AUMENTO DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA FINS DE APOSENTADORIA

12. Previdência Social

O governo através da MP 421 de 29/02/2008 que reajustou o salário mínimo a partir de março de 2008, concedeu o percentual de 9,21% a título de reajuste e de aumento real e o INSS através da Portaria Ministerial MPS/MJ nº 77 de 11 de março de 2008, concedeu reajuste aos aposentados com renda mensal acima do Salário Mínimo o percentual de 5 %.

O governo federal, não tem tido consideração com os trabalhadores aposentados, e demonstra quando reajusta o salário mínimo, sempre discrimina os aposentados e pensionistas da Previdência Social, concedendo índice inferior ao que é concedido para o salário mínimo. O atual governo em campanha eleitoral prometeu aos aposentados melhores condições de vida e de saúde. Nada disso está sendo visto. Consta-se que não é diferente dos outros. Se houve crescimento e desenvolvimento neste país, certamente os que hoje estão aposentados, até ontem certamente deram sua contribuição.

O Senado Federal aprovou um projeto de Lei apresentado pelo Senador PAULO PAIM para que os aposentados e pensionistas do INSS recebam os mesmos percentuais de reajuste concedidos para os aposentados que recebem o salário mínimo. Assim, o IX Congresso Estadual da Alimentação aprovou que se faça um documento para que:

1. O Presidente da República determine ao Ministro da Previdência Social que conceda aos Aposentados e Pensionistas o percentual apurado no cálculo obtido pela acumulação do INPC anual somado ao crescimento do PIB – Produto Interno Bruto.

Resoluções Finais do IX Congresso Estadual dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul

Calendário Formação Sindical 2008

Sindicatos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alegrete				NI	NII		NIII		NIV			
Bagé			NIV			NI			NII		NIII	
B. Gonçalves				NII		NIII			NIV		NI	
Cach. Do Sul			NI			NII		NIII		NIV		
Camaquã		NI			NII		NIII			NIV		
Carazinho		NI			NII			NIII			NIV	
Caxias do Sul				NI			NII			NIII		NIV
Dom Pedrito			NI			NII			NIII			NIV
Encantado			NIII			NIV			NII			NI
Erechim		NI			NII		NIII		NIV			
Estrela			NI			NII			NIII		NIV	
Getúlio Vargas			NI			NII			NIII		NIV	
Ijuí			NI		NII			NIII			NIV	
Itaqui			NI		NII		NIII			NIV		
Lajeado						NI		NII	NIII		NIV	
Marau			NI		NII			NIII		NIV		
Montenegro		NI	NII	NIII	NIV							
Passo Fundo		NI			NII				NIII		NIV	
Pelotas				NI			NII			NIII		NIV
Alim. POÁ		NI			NII			NIII			NIV	
Panificação								NI		NII	NIII	NIV
Rio Grande			NI		NII		NIII		NIV			
Roca Sales		NI		NII			NIII			NIV		
Rosário do Sul			NI		NII			NIII			NIV	
Sta. Cruz do Sul			NI		NII		NIII			NIV		
Sta. Maria			NII		NIII				NIV		NI	
Sta. Rosa		NI			NII			NIII				NIV
Livramento			NI			NII			NIII			NIV
Sto. Ângelo			NII			NIII			NIV			NI
Sto. A. Patrulha		NI			NII			NIII				NIV
São Borja			NI			NII			NIII		NIV	
São Gabriel			NII		NIII			NIV				NI
São S. do Caí			NI		NII			NIII			NIV	
Sarandi			NI			NII			NIII		NIV	
Júlio de Cast.		NI			NII			NIII		NIV		
Uruguaiana			NI			NII			NIII		NIV	
Vacaria		NI		NII				NIII		NIV		
Serafina Corrêa			NI		NII			NIII			NIV	

NI: nível I

NII: nível II

NIII: nível III

NIV: Nível IV

Resoluções Finais do IX Congresso Estadual dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul

Programa de formação sindical – Abrangência:

NÍVEL I

TEMA	CARGA HORÁRIA MÍN.	PÚBLICO ALVO
A História do Movimento Sindical e Operário no Brasil	16h: 4h p/módulo	Trabalhadores de base/novos diretores
Classe Contra Classe	16h: 4h p/módulo	Trabalhadores de base/novos diretores
Sindicato/Sociedade/Estado	16h	Trabalhadores de base/novos diretores

NÍVEL II

TEMA	CARGA HORÁRIA MÍN.	PÚBLICO ALVO
Negociação Coletiva/Reestruturação Produtiva/Mudanças no Mundo do Trabalho	16h	Diretores/delegados/cipeiros
Planejamento Estratégico	16h	Dirigentes Sindicais
Técnicas em Oratória	16h	Dirigentes Sindicais
Matemática Sindical	08h	Diretores/delegados/cipeiros
Legislação Trabalhista	16h	Diretores/delegados/cipeiros
Saúde do trabalhador	08h	Diretores/delegados/cipeiros
Administração Sindical	12h	Dirigentes sindicais
Concepção, Estrutura e Prática Sindical	16h	Diretores/delegados/cipeiros

NÍVEL III

TEMA	CARGA HORÁRIA MÍN.	PÚBLICO ALVO
Comunicação e expressão	32h	Diretores/delegados
Violações aos Direitos humanos no local de trabalho	08h	Trabalhadores de base/Diretores/delegados/cipeiros

NÍVEL IV

TEMA	CARGA HORÁRIA MÍN.	PÚBLICO ALVO
Blocos econômicos	16H	Participantes, no mínimo, nível I
Sistemas/regimes de gov.	16h	Participantes nível I

COORDENAÇÕES:

Resoluções Finais do IX Congresso Estadual dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul

Sindicatos	<i>COORDENADORES LOCAIS</i>	Sindicatos	<i>COORDENADORES LOCAIS</i>
Alegrete		Alim. POA	
Bagé	Cláudio G. Gonçalves	Panificação	Sebastião Pinto
B. Gonçalves		Rio Grande	Luís Lemos/Jorge Nogueira
Cach. Do Sul		Roca Sales	
Camaquã	Ademar Delair	Rosário do Sul	
Carazinho		Sta. Cruz do Sul	
Caxias do Sul		Sta. Maria	Gilmar Paim
Dom Pedrito	Ever da Rosa	Sta. Rosa	
Encantado		Livramento	
Erechim	Anacleto	Sto. Ângelo	Paulo Franco/Luis Mousquer
Estrela		Sto. Antº da Patrulha	
Getúlio Vargas		São Borja	
Ijuí		São Gabriel	
Itaqui		São Sebast. do Caí	Mauri Coelho
Lajeado	Jairo da Silva	Sarandi	Luciano Padilha
Marau	Erenilde	Júlio de Castilhos	
Montenegro	Marcelino	Uruguaiana	
Passo Fundo		Vacaria	
Pelotas	José Mário Schiavon	Serafina Corrêa	Geni Dalla Rosa/Mareneta Gomes

COORDENAÇÕES:

Regionais	<i>COORDENADORES</i>
Centro	
Fronteira Centro	Luiz Mousquer
Serra	Sérgio Luiz Schneider e Jairo da Silva
Sul	José Mário Schiavon
Fronteira Oeste	Marcos Rosse
Alto Uruguai	Geni Dalla Rosa

Resoluções Finais do IX Congresso Estadual dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul

Calendário Formação Sindical 2008

Sindicatos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alegrete				NI	NII		NIII		NIV			
Bagé			NIV			NI			NII		NIII	
B. Gonçalves				NII		NIII			NIV		NI	
Cach. Do Sul			NI			NII		NIII		NIV		
Camaquã		NI			NII		NIII			NIV		
Carazinho		NI			NII			NIII			NIV	
Caxias do Sul				NI			NII			NIII		NIV
Dom Pedrito			NI			NII			NIII			NIV
Encantado			NIII			NIV			NII			NI
Erechim		NI			NII		NIII		NIV			
Estrela			NI			NII			NIII		NIV	
Getúlio Vargas			NI			NII			NIII		NIV	
Ijuí			NI		NII			NIII			NIV	
Itaqui			NI		NII		NIII			NIV		
Lajeado						NI		NII	NIII		NIV	
Marau			NI		NII			NIII		NIV		
Montenegro		NI	NII	NIII	NIV							
Passo Fundo		NI			NII				NIII		NIV	
Pelotas				NI			NII			NIII		NIV
Alim. POA		NI			NII			NIII			NIV	
Panificação								NI		NII	NIII	NIV
Rio Grande			NI		NII		NIII		NIV			
Roca Sales		NI		NII			NIII			NIV		
Rosário do Sul			NI		NII			NIII			NIV	
Sta. Cruz do Sul			NI		NII		NIII			NIV		
Sta. Maria			NII		NIII				NIV		NI	
Sta. Rosa		NI			NII			NIII				NIV
Livramento			NI			NII			NIII			NIV
Sto. Ângelo			NII			NIII			NIV			NI
Sto. A. Patrulha		NI			NII			NIII				NIV
São Borja			NI			NII			NIII		NIV	
São Gabriel			NII		NIII			NIV				NI
São S. do Caí			NI		NII			NIII			NIV	
Sarandi			NI			NII			NIII		NIV	
Júlio de Cast.		NI			NII			NIII		NIV		
Uruguaiana			NI			NII			NIII		NIV	
Vacaria		NI		NII				NIII		NIV		
Serafina Corrêa			NI		NII			NIII			NIV	

NI: nível I

NII: nível II

NIII: nível III

NIV: Nível IV

MOÇÕES:

01. CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.

Os trabalhadores nas indústrias da alimentação do RS, reunidos no IX Congresso da categoria, nos dias 26, 27 e 28 de junho, no Município do Balneário Pinhal, através desta moção repudia a forma como o Governo Yeda e o aparato de Estado no RS vêm tratando os setores organizados do campo popular e democrático, particularmente, o movimento sindical e dos trabalhadores sem-terra.

Tanto os governos como o aparato estadual, historicamente, sempre estiveram à serviço daqueles que detêm o poder, ainda que contrariando os princípios que formam e informam o estado constitucional de direito. No Brasil, a Constituição Cidadã consagra princípios de proteção social e de que a propriedade se subordina ao interesse social, porém a prática de governo.

02. CONTRA O CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE.

Os participantes do IX Congresso repudiam a direção do Conselho Estadual de Saúde pela forma antidemocrática que intervieram nos Conselhos Regionais de Saúde causando a desarticulação dos mesmos e prejuízos no controle social no interior do estado, assim como a desarticulação da CIST Estadual, com prejuízo a saúde do trabalhador no Rio Grande do Sul.

03. SOBRE A REALIZAÇÃO DOS PRÓXIMOS CONGRESSOS ESTADUAIS

Considerando que o meio do ano é um período de intensa atividade para os sindicatos, e também para a Federação da Alimentação, que estão envolvidos, nos processos de negociação coletiva, a realização de atividades como o congresso, que demanda um grande envolvimento logístico, pode causar prejuízos ao bom andamento das negociações, além do desgaste financeiro as entidades filiadas que necessitam deslocar-se frequentemente de seus municípios.

O clima do mês de junho é extremamente rigoroso e severo, nosso estado em especial tem características climáticas que prejudicam a realização de atividades de grande porte, dificultando tanto o deslocamento de um grande número de pessoas de diversas cidades, quanto no local da realização do evento devido ao frio, chuva, umidade, etc.

Propomos que o próximo Congresso da Alimentação seja realizado entre a última quinzena de agosto e a primeira quinzena de outubro.

Cairo Fernando Reinhardt – Presidente da FTIA/RS

Resoluções Finais do IX Congresso Estadual dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul

Comissão Diretiva

Coordenador: Paulo Farias – STI. Alim. Pelotas
Paulo Juarez Madeira dos Santos – STI. Alim. Itaqui
Paulo R. Botelho de Botelho – STI. Alim. Rio Grande
José Modelski Junior – STI. Alim. Serafina Corrêa
José Mário Schiavom – STI. Alim. Pelotas
Vera Maria Henquer – STI. Alim. Santana do Livramento

Grupo 01

Presidente: Gaspar U. S. Neves
Relator: João Marcelino da Rosa
1º Secretário: Maria Inês L. vian
2º Secretário: Lair de Mattos

Grupo 02

Presidente: Reginaldo Rodrigues
Relator: Luiz Carlos da Rosa
1º Secretário: Rogério da Rosa
2º Secretário: Bernardino ScharDOSim

Grupo 03

Presidente: Mário Reis
Relator: Marcos Rosse
1º Secretário: Arabi Cunha de Freitas
2º Secretário: Mariluci Donzelli

Grupo 04

Presidente: Luiz Guilherme Beletti
Relator: Daniel Galvão Sodrê Bilheri
1º Secretário: Cláudia R. Ferigollo
2º Secretário: Isabel Maria M. Gusatti

Grupo 05

Presidente: Cláudio Gilberto Hoher
Relator: Nereu Zenatto
1º Secretário: Luiz Carlos M. Mousquer
2º Secretário: Arlete Beatriz Schmitz

Delegados

Alegrete

Santa Terezinha Soltau
Astrogildo E R Mendonça
Fagner Antunes Alabi
Marcos Antonio Rosse
Nilo Francisco Romero
Nilton Lanes

Bento Gonçalves

Helena Dal Magro
Marli Pedrebon
Adiles Fossá
Mauro Toniolli

Bagé

Cláudio Gomes Gonçalves
Danilo Eduardo Gonçalves Lima
Everaldo Cardoso
Paulo Roberto Costa da Silva

Camaquã e Região

Jonathan B. Ferreira
Arno Tuchtenhagen
Jones Gudaites Pacheco
José W Vargas Dias
Marcus Vinicius Colombi

Caxias do Sul

Arlete Beatriz Cristoff Schmitz
Adelar Dalsasso
Augusto R. Machado Acosta
Clóvis Manuel Rigotti Damin
Irlei Correia
Mario Rublesque Rodrigues
Nereu Zenatto
Vitor Eli Soares da Silva

Encantado

Maria Ines Lorenzi Vian
Sérgio Pedro Dalla Vecchia

Resoluções Finais do IX Congresso Estadual dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul

Erechim

Cláudia Regina Ferigollo
Eva Maria da Costa
Mariluci Donzelli
Adair Biavatti
Evaristo Santolin
Deoclides de Moraes
Mauro Sérgio Dias
Osmar Orestes Padilha

Estrela

Jarlisa Cristina Lutterbeck Trapp
Sonia Maria Isclati Ricardo
Airton de Castro
Celson Rohsig
Elton Pedro Heberle
Pedro Mallmann
Pedro Noredi Vieira
Sérgio Luis Schneider

FTIARS

Cairo Fernando Reinhardt
Darci Pires da Rocha
Luiz Carlos Costa de Araújo
Silvio Ambrosio
Valdemir Moreira Correa

Getúlio Vargas

Eva Gerci da Rosa
Flávia Flores Fagundes da Cunha
Mélia Furlan
Ademir Antonio do Prado
Edson Sidenei Vierzorkoski
Jurandir A da Silva José Luis
Romano Jutkovski

Itaqui

Gustavo Alegre Fossari
José Antonio Libindo Junior
José Catarino Fernandes Solis
Lúcio Rodrigues Carpes
Paulo Juarez Madeira dos Santos

Lajeado

Ivanir Terezinha Silva
Marilene Soares
Adão José Gossmann
Auri da Costa
Everaldo Felix Santoni
Pedro Valmir da Silva

Romildo dos Santos
Sérgio Luiz Fagundes

Marau

Elisabete B. Bortoluzzi
Erenilde Celina Peccin
Gliceria Landin
Clóvis Pedro Spenassato
Marilene Silveira
Miguel Duarte

Montenegro

Maria Lucimar Ferreira Machado
Daniel G. S. Bilheri
Edison Guterres Ramos
João Marcelino da Rosa
Luiz Carlos da Rosa

Porto Alegre - Alimentação

Arabi Cunha de Freitas
Bernardino Schardosim
Carlos Roberto da Silva Pacheco
Emilso Machado de Souza
Jacson Clóvis da Silva
Jesus Leonardo Ferreira Mendes
João Ramiro Moralles Moraes
Jorge Danilo Valerio Rodrigues
José Diniz Constante Schuquel
José Eloi Welter
JoséIVALDO da Silva Tadielo
José Luiz Gomes Vieira
José Pedro dos Reis Maicá
Luis Ricardo Lopes Correa
Mario Xavier Leal
Omero Carvalho
Paulo José da Silva
Renato de Oliveira Borges
Vanildo José Dalmaso
Wilson Olderi da Rosa Brites

Pelotas

Adelino Gonçalves da Silva
Clovis R. Borges da Silva
Diomar W de Moraes
Everson Pereira Borba
Jeferson Charopen Barbosa
José Mario Schiavon
Lair de Mattos
Luiz Guilherme Belletti
Mario Jose Dias dos Reis
Paulo Fernando Alves de Farias

Resoluções Finais do IX Congresso Estadual dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul

Porto Alegre - Panificação

Joice da Silva Leão
Érico Soares Tarouco
Sebastião Nunes Pinto
Wilson Rodrigues Pereira
Waldir Canibal de Ávila

Rio Grande

Eneida Gonçalves
Gilnei Abreu da Costa
José Fernando Calarraga Canilha
Laurecindo Abreu Presa
Leandro dos Santos Moreno
Paulo Ricardo Botelho de Botelho
Reginaldo Silveira

Roca Sales

Ana Paula Stormowsk

Serafina Corrêa

Alice Matzembacher Lorenzan
Isabel Maria Miotto Gusatti
Neida Maria Lovison Donatti
Idaci Scritori
José Modelski Junior
Laurindo Zamarchi
Renato Vanderlei Censi

Santa Maria

Lucinara Buenos Dias
Barlan Nunes Duarte
Cláudio Gilberto Hoher
Cleumar Godoy de Godoy
Gilmar Francisco Veroni Paim
Jorge Luiz Lourenço Cezar

Assessorias

Marina Bastos Gonçalves
Décio Caye
Joacir Cardoso da Silva
Marcelo Abbud
Paulo Otávio Pinho

Rogério Agirre da Rosa
Signeu Munhoz Crespo

Santana do Livramento

Vera Maria Henquer
Alvaro Oliveira da Cunha
Jaime Teodoro Duarte

Santo Ângelo

Loreci do Carmo Faneze
Miguel Ferreira da Silveira
Luis Carlos Machado Mousquer

Santo Antonio da Patrulha

Marlene Terezinha Santos Gularte
Derli Porto Araujo
Flávio Santos dos Santos
Juarez Oliveira Marques

São Borja

Arthur Gonçalves Reinoço
David Samuel da Silva Serpa
Hugo R Marques Chimenes
Paulo Roberto dos Santos

São Gabriel

Alex Pedroso dos Santos
Alexandre Sagaz Machado
Edison da Costa Guedes
Gaspar Ubiratan Silveira Neves
Adair Figueiredo dos Santos

Observadores

Camaquã

Valdir Ludke

FTIARS

Jurídico FTIARS

Jurídico STI. Alim. Santo Antonio da Patrulha

Jurídico STI. Panificação Porto Alegre

Imprensa FTIARS

Resoluções Finais do IX Congresso Estadual dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul

Convidados

Mauricio Minolfi	TIE Brasil
Vilmar Furini	Prefeitura Balneário Pinhal
Guiomar Vidor	Fecomércio
Tarcisio Zimmermann	Deputado Federal PT
Ricardo Franzoi	Diretor Técnico DIEESE/RS
Celso Woyciechowski	Presidente CUT/RS
Raul Carrion	Deputado Estadual PC do B

Secretaria/Organização

Carmem Drescher	FTIARS
Gisela Benittes	FTIARS
Jaqueline Amaro	FTIARS
Leticia Brandolt Pedriso	FTIARS
Maria Helena Machado	FTIARS
Alcides Anunciação	FTIARS

Comissão Organizadora

José Mário Schiavon – STI. Alim. Pelotas
Darci Pires da Rocha - FTIARS
Cairo Fernando Reinhardt - FTIARS
Valdemir Moreira Corrêa – FTIARS
Luiz Carlos Costa de Araújo - FTIARS
Fátima M. de Freitas Soares - FTIARS
Marlene T. S. Gularte – STI. Alim. Santo A. da patrulha
Neura H. F. Mesomo - FTIARS
Daniela Soares – FTIARS